

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE: JOVENS ESTUDANTES E MEDIACÕES FAMILIARES

Edna Mendonça O. de Queiroz
Darlyene Iviane da Costa Silva
Faculdade de Educação/UFG
darlyeneiviane@yahoo.com.br

Ação afirmativa pode ser definida como uma “ação reparatória/compensatória e/ou preventiva que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado” (MOEHLECKE, 2002, p. 203). Advêm do reconhecimento, por parte do Estado, de condições desiguais de acesso a bens comuns como educação, trabalho, saúde entre outros, ao assumir a existência de uma dívida histórica com a população vítima de exploração, violência, discriminação e conseqüente “exclusão”, a qual se procura compensar por meio de mecanismos “inclusivos”. Especificamente em relação à população negra, no Brasil esta medida desenvolve-se de forma complexa e bastante polêmica, por se dar num contexto da “ideologia da mestiçagem” ou “democracia racial”, a qual começa a ser rompida com propostas de ações e medidas que configuram o tratamento diferenciado àqueles que sofrem discriminação.

Reconhecendo, portanto, a existência de segmentos tratados na história de modo injusto, as ações afirmativas representam uma forma de “discriminação positiva”, que busca compensar as perdas sofridas no contexto social. Trata-se de fazer cumprir o princípio da igualdade, um dos principais valores de uma sociedade liberal democrática. No entanto, importa neste ponto discutir sobre as reais possibilidades da implementação do princípio da igualdade na sociedade capitalista. Como opostos que constituem antagonicamente esta sociedade, a igualdade e a desigualdade, a inclusão e a exclusão são formas contraditórias que processam a própria reprodução do capital, formas que se recriam continuamente e promovem a manutenção e o desenvolvimento dessa sociedade.

Tendo sua origem nos Estados Unidos, em especial nos anos 1960 na luta dos negros contra o racismo¹, no Brasil, às primeiras iniciativas, no sentido de resguardar os direitos dos negros que emergiram nos anos 1960², seguiram-se reivindicações que culminaram no reconhecimento da existência da discriminação racial na Constituição de 1988, quando foram

implementadas medidas como proteção ao trabalho da mulher, reserva de cargos para deficientes entre outros (MOEHLECKE, 2002). Como uma das primeiras medidas de cotas, a legislação eleitoral brasileira estabeleceu, em 1995, a cota mínima de mulheres para as candidaturas dos partidos políticos (30%).

No entanto, até os fins da década de 1990, nenhum dos projetos apresentados com intuito de reparação das desigualdades tinham sido aprovados ou implementados. Na universidade, especificamente, a adoção de medidas anti-discriminatórias só veio a ocorrer de fato em 2001 sob a forma de ação afirmativa para negros e alunos egressos da escola pública. Uma primeira lei foi aprovada no Rio de Janeiro e direcionou 50% das vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais para alunos oriundos de escolas públicas selecionados por meio do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio (SADE). Essa lei foi implementada a partir de 2002/2003 junto com outra lei que destinou 40% das vagas dessas universidades a candidatos negros ou pardos.

Considerando que a Taxa de Escolarização Bruta na Educação Superior no Brasil fica muito abaixo dos demais países da América Latina, ainda que a privatização nesse campo seja das mais altas do mundo, Pinto (2004) assinala que o resultado foi a elitização do ensino superior principalmente nos cursos mais concorridos no vestibular, com pouca presença de negros e pobres.

Pesquisas revelam que o acesso aos cursos mais concorridos na universidade pública tem sido restrito aos jovens egressos de escola particular, mostrando que a formação básica pública não tem garantido o acesso ao ensino superior público³. Nesse contexto, as cotas são pensadas em termos de democratização, porém constituem-se medidas paliativas que não atingem a questão fundamental da expansão que está vinculada ao investimento na educação básica pública.

Segundo Penha-Lopes (2008), mais de trinta universidades brasileiras já adotam algum tipo de ação afirmativa, possibilitando o acesso a segmentos que consideram em condição de desvantagem como estudantes de escolas públicas, negros, índios entre outros. No entanto, esta “inclusão” remete a processos complexos ao se considerar a situação contraditória experienciada pelo jovem que ingressa na universidade por meio de ações afirmativas. Afinal, uma proposta de “inclusão” no ensino superior público não se restringe à garantia do ingresso por meio de reserva de vaga, ela envolve a garantia de condições de permanência, aceitação, integração, sendo assim

esta proposta revela-se um mecanismo contraditório que atinge tanto o jovem como sua família e se expressa nas formas de enfrentamento às adversidades do seu cotidiano.

Nessa perspectiva, este texto tem o propósito de investigar como os jovens que pertencem a segmentos discriminados historicamente, vítimas de desigualdades sócio-econômicas, experienciam processos que estrategicamente propõem incluir, mas que acabam por reproduzir no seu cotidiano, novas formas de exclusão. Propõe ainda apreender a inserção da família como instância de mediação na formação de jovens que ingressam na universidade por meio das ações afirmativas, na perspectiva de examinar os sentidos que dão aos processos vivenciados no âmbito dos mecanismos de inclusão/exclusão.

Estudo realizado pela autora sobre as mediações familiares de jovens estudantes do ensino superior constatou que a família permanece vigorosa na vida do jovem⁴, dado também encontrado em outras pesquisas realizadas com jovens nos últimos anos⁵. Em algumas delas a família tem sido colocada, pela grande maioria dos jovens, em primeiro lugar frente a outras instituições sociais. Esse dado revela-se intrigante visto que o jovem situa-se em uma perspectiva de emancipação, processo culminativo de seqüenciadas identificações que se iniciam na infância e que apresenta na juventude um momento essencial do seu desenvolvimento. Para Freud (2002, p 104), trata-se de uma “das realizações psíquicas mais significativas, porém também mais dolorosas, do período da puberdade: o desligamento da autoridade dos pais, unicamente através do qual se cria a oposição, tão importante para o progresso da cultura, entre a nova e a velha gerações”. Assim, as relações afetivas familiares produzidas na juventude podem revelar os processos de constituição da autonomia pessoal do jovem, constituindo uma base afetiva e psicológica que sedimenta o desejo de desvinculação familiar. Esses processos na sociedade de classes se tornam ainda mais complexos, especialmente ao se considerar a situação experienciada pelo jovem que participa de uma proposta de “inclusão” na universidade por meio das chamadas ações afirmativas.

A partir do inventário da produção dos programas de pós-graduação das áreas de Educação e Psicologia de universidades brasileiras, este texto tem o propósito de apresentar resultados parciais de como tem sido tratada essa temática (mediações familiares, jovens e ações afirmativas) nas dissertações e teses produzidas. Espera-se, desse modo, contribuir com reflexões para se pensar a temática em questão.

Constou do procedimento metodológico, um mapeamento das dissertações e teses defendidas em programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras nas áreas de Psicologia e Educação no período (2004-2008), realizado por meio do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram identificados 1583 trabalhos nas 75 universidades constantes no portal CAPES na ocasião do levantamento (setembro de 2009), por meio de palavras chaves (jovens, ações afirmativas e cotas), cujos resumos compuseram um banco de dados. Após leitura integral de todos os resumos, foram selecionadas apenas sete produções que abordam direta ou indiretamente aspectos relacionados ao jovem e à família no contexto das ações afirmativas (quadro 1).

Quadro 1 - Produções dos programas de Pós-Graduação das áreas de Educação e Psicologia das universidades brasileiras que tratam direta ou indiretamente questões relacionadas ao jovem e à família no contexto das ações afirmativas (2004-2008).

Área	Ano	Instituição	Autor	Título	D/T
Educação	2008	UNB	Maria Auxiliadora de Paula Gonçalves Holanda	Trajetórias de vida de jovens negras da UNB no contexto das ações afirmativas	D
		UFSC	Berenice Schelbauer do Prado	O ingresso no ensino superior público de egressos da educação básica pública: o sistema de cotas na Universidade Federal do Paraná	D
		UNEB	Vânia Maria da Silva Bonfim	Hierarquias Raciais e de Gênero e Medidas de Reparação: sobre a participação das mulheres negras em cursos superiores no marco das ações afirmativas	D
		PUC/SP	Maria José de Jesus Alves Cordeiro	Negros e indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso	T
	2007	UEM	Maria Simone Jacomini	Política de ação afirmativa: a inserção dos indígenas nas universidades públicas Paranaenses	D
2005	UFF	Monica Pereira do Sacramento	Ação afirmativa: o impacto da política de cotas na ESDI (Escola Superior de Desenho Industrial – UERJ)	D	
Psicologia	2008	UFMG	Silvia Adriana Silva	Processos identitários em contexto de ações afirmativas	D

Fonte: Pesquisa Mediações familiares, jovens estudantes e as cotas na UFG. NEPEEC/UFG, 2010.

No momento seguinte da pesquisa, foi iniciada a leitura integral e análise dos textos selecionados com base em uma planilha de análise e documentação. Este instrumento consta de itens que permitem a identificação do trabalho/autor, instituição do autor, temas principal e secundário do trabalho, objetivos e posicionamento do autor quanto à adoção das ações afirmativas, enfoque teórico e outras questões referentes aos sentidos que os jovens e suas famílias dão aos processos produzidos no âmbito dos mecanismos de inclusão/exclusão.

É apresentada, a seguir, a discussão acerca das mediações familiares na formação de jovens em contexto de ações afirmativas a partir de dois dos trabalhos já analisados (HOLANDA, 2008; SILVA, 2008), contemplando os aspectos relacionados à percepção do jovem e sua família dos processos de exclusão/inclusão que vivenciam, bem como da universidade como mecanismo de inclusão/exclusão.

Mediações familiares e jovens nos processos de inclusão/exclusão

As dissertações analisadas têm como tema principal a participação de jovens mulheres negras que ingressaram na universidade pública por meio de um programa de ações afirmativas ou que passaram pelo programa existente dentro da instituição destinado a alunos negros⁶. As autoras Holanda (2008) e Silva (2008) discutem aspectos relacionados à constituição das identidades de raça/gênero, condição sócio-econômica, assim como processos de exclusão/inclusão, preconceito, discriminação e suas formas de enfrentamento.

As pesquisas de campo realizadas pelas autoras com jovens negras explicitam claramente a inserção da família como instância de mediação na constituição destas jovens. Esta mediação é explicitada pelas estudantes que reconhecem em suas famílias um importante ponto de apoio e estímulo aos estudos como possibilidade de ascensão social, a persistência e enfrentamento de dificuldades em prol do alcance de objetivos e da melhoria de vida, à união, ao reconhecimento de sua pertença racial ou não, entre outros.

Algumas das jovens entrevistadas pelas autoras apresentam forte identificação com a figura materna, falam de suas mães como exemplo de amiga, profissional e pessoa a ser seguido: “[...] me sinto uma mulher muito forte porque o exemplo que eu tenho na minha casa é minha mãe, [...] minha mãe ganha mais que meu pai e ela é mulher e negra ainda por cima [...] não aceito ser mandada por nenhum homem ou me sentir inferiorizada justamente por causa disso” (HOLANDA, 2008, p.99). A figura materna também aparece sendo a provedora da casa, incentivando o estudo e a autonomia de suas filhas e valorizando a raça negra, o que constitui um mecanismo de preparação do sujeito para o enfrentamento às relações preconceituosas.

Observou-se, também, situações opostas em que a valorização da pertença racial não é trabalhada pela família que se porta de modo indiferente em relação ao reconhecimento de sua raça. Uma das jovens entrevistadas declara que a família a educou de forma a constituir uma “identidade branca”, porque a maioria de seus familiares são brancos e ela foi “criada como branca” (HOLANDA, 2008). Outra jovem relata que “passou a entender e declarar que era negra na adolescência, porque os valores não eram esses, ser negra. Nunca discutiu esse assunto em casa, uma vez tentou, mas a mãe foi hostil, dizia ‘ah, isso foi coisa que colocaram na sua cabeça’” (SILVA, 2008, p 88).

O fato do reconhecimento de pertença racial não ser trabalhado pelas famílias desde a infância, torna a inserção da criança na sociedade mais ampla ainda mais complexa, pois é fora

do espaço familiar que ela passará a reconhecer sua diferença. Ao entrar para a escola, ela vê-se desprotegida, despreparada para enfrentar situações preconceituosas de discriminação e desrespeito. Silva (1995, apud SILVA 2008 p. 86) declara que a família “superprotege as crianças, não trabalhando com elas suas diferenças sociais/raciais”, por isso ela passa por situações desumanizantes sem nenhum preparo, tanto dentro como fora da família.

Um outro aspecto predominante na mediação familiar apresentado pelas jovens é a persistência, a garra e a força de vontade para vencer as dificuldades da vida. Algumas jovens ressaltam que as famílias tendem a permanecer unidas, mantendo fortes relações afetivas apesar dos desafios e dificuldades. Há também casos de expressão da superação e determinação dos pais enfrentando rotinas de trabalho/estudo adversas e a ênfase que a família evolui materialmente com muita luta e sem desvirtuar valores humanos considerados muito importantes, ensinando o respeito ao outro, a conseguir as coisas pelo próprio esforço, seguindo o exemplo de honestidade transmitido pelos pais (HOLANDA, 2008).

Os trabalhos revelam ainda que elementos presentes na postura rígida dos pais/mães constituíram-se incentivo e apoio aos estudos. Relatam que a mãe exigia que “tinha que estudar e tirar primeiro lugar”, que a mãe “pegava no pé”, castigava quando perdia nota, colocava os filhos para recuperar, entre outros. Estas jovens ressaltam a importância da família como impulsionadora de quem hoje elas são, por ter cobrado e acreditado na capacidade e potencial delas (SILVA, 2008).

As percepções que as jovens e suas famílias apresentam sobre os processos produzidos no âmbito dos mecanismos de inclusão/exclusão estão voltadas principalmente em relação aos aspectos econômicos de sua classe social. Muitas das famílias devido a dificuldades financeiras, desemprego, escassas condições de estudos, buscam o acesso à melhores condições socioeconômicas (SILVA, 2008).

Observa-se a percepção da exclusão no relato das jovens que estudaram um período em escola básica pública e outro em escola privada. Em suas falas, as jovens ressaltam dificuldades de adaptação e integração nas escolas particulares devido às desigualdades de classe social, pois os colegas tinham poder aquisitivo e “bagagem cultural” que elas não tinham. Na escola pública, elas se sentiam mais à vontade por estarem junto de colegas que pertenciam a grupos do mesmo nível social e cultural. Entretanto, se de um lado há uma identificação maior por estar junto a seus pares de mesma classe social, de outro há a não identificação e reconhecimento de sua pertença

racial. Neste sentido, as jovens evidenciam relações sócio-raciais desiguais e excludentes. Elas descrevem insultos recebidos por parte dos colegas direcionados à suas características físicas, cabelo, cor da pele, corpo entre outros, os quais as denegriam, humilhavam e inferiorizavam.

Em relação à formação superior, as autoras afirmam que estas relações desiguais de raça e classe social se reproduzem. Neste contexto, evidencia-se o confronto destas estudantes com os da classe média em relação à discrepância de poder aquisitivo e a valorização ao consumismo, ao apelo à moda, às roupas de marcas, grifes etc. As jovens relatam olhares hostis de alguns alunos não cotistas aos cotistas, o enfrentamento a posicionamentos contrários a política de cotas, cujo argumento é o de ser esta política a causa da diminuição do nível acadêmico da instituição entre outros.

O espaço da universidade, especialmente os dos cursos “elitistas”, é considerado como um lugar hostil, de difíceis diálogos, onde não é possível compartilhar experiências porque “os jeitos, os interesses e os valores” são muito diferentes (HOLANDA, 2008). Ao mesmo tempo em que se reconhece mecanismos de exclusão vivenciados dentro de uma proposta de inclusão, o programa de ação afirmativa é percebido pelas jovens como uma “oportunidade social” alegando que, em um sistema cujas relações não são democráticas, é preciso mesmo um “instrumento que favoreça a formação, permanência bem sucedida dessas pessoas aqui dentro. Ele inclui sim!” (SILVA, 2008, p 105).

Considerações

As produções analisadas revelam aspectos importantes da mediação familiar na vida das jovens estudadas. Mostram que a família mantém-se como instância socializadora fundamental na constituição dos modos de pensar e agir dessas jovens, em especial na forma como se posicionam frente aos processos de preconceito e discriminação que enfrentam no seu cotidiano.

A percepção que as jovens apresentam dos processos de inclusão/exclusão vividos na sua trajetória de vida expressam aspectos presentes na formação familiar, sejam eles de reafirmação da pertença racial ou, por outro lado, do não reconhecimento da identidade negra, da resistência frente às condições adversas da classe social, do enfrentamento aos preconceitos e às discriminações de que são vítimas, evidenciando os princípios, valores e práticas próprios de suas famílias. Destacam, nesse conjunto, a persistência nos objetivos de melhoria das condições de vida e a ideologia do esforço próprio, evidenciando a interiorização eficaz dos ensinamentos

familiares. Assim, as jovens perseguem avidamente o objetivo de concluir o curso superior, que acreditam lhes garantir a ascensão social desejada.

Percebe-se ainda que, no espaço privativo da família, mediante fortes relações afetivas cotidianas que dão origem à sua estrutura psíquica, privilegiam-se a união e dedicação mútua entre os membros, estabelecendo uma certa reciprocidade em forma de proteção e apoio emocional.

Assim, conclui-se que, a partir das análises realizadas, a mediação familiar predomina de forma a constituir referências fundamentais na vida das jovens, permitindo afirmar a existência de um espaço privativo de afetividade constituído pela família, que orienta os sentidos que as jovens constroem dos processos de exclusão/inclusão que vivenciam.

¹Notas:

De acordo com Moehlecke (2002), em especial os anos 1960 significaram um momento em que os norte-americanos viveram uma época de reivindicações democratizantes quanto aos direitos civis, relativas à igualdade de oportunidades para todos. O resultado foi o começo da estagnação de leis de segregação, tendo como sustentáculo o movimento negro – apoiado por liberais e progressistas. Desse contexto revolucionário, nasce a idéia de ação afirmativa com o intuito de alcançar conquistas para além de garantias anti-segregacionismo, direitos no sentido garantir condições mais favoráveis à população negra.

²A idéia emerge no Brasil na década de 1960, quando técnicos do Ministério do Trabalho, no intuito de combater a discriminação racial no mercado de trabalho, mostraram-se a favor da criação de uma lei que obrigasse as empresas privadas a reservarem uma quantidade de vagas para candidatos de cor. Tal lei só veio a ser elaborada em 1983 pelo deputado federal Abdias Nascimento, ainda como um projeto de lei. Este projeto de lei consistia em estabelecer “mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação”, por meio de reservas de vagas de trabalho nos serviços públicos, bolsas de estudos, introdução da literatura afro nos sistemas de ensino, entre outros. O projeto não é aprovado pelo Congresso Nacional e as reivindicações continuam, especialmente com participação expressiva de movimentos negros que exigem respostas para os problemas raciais existentes no país (PENHA-LOPES, 2008).

³ Pesquisas realizadas na Universidade Federal de Goiás que revelam que em 1998, 51% dos aprovados no vestibular cursaram a escola pública. Em 2007, esse percentual reduziu-se a 43% dos aprovados. Enquanto isso, o percentual dos que cursaram a escola particular aumentou de 49% em 1998 para 57% em 2007 (BRASIL, 2008).

⁴ Trata-se da tese de doutoramento intitulada “Mediação familiar em processo: formação de jovens estudantes do ensino superior”, defendida pela autora em 2008 na Universidade Federal de Goiás.

⁵ Na pesquisa *Juventude: Cultura e Cidadania*, realizada em 1999 pelo Instituto Cidadania, com jovens de 15 a 24 anos, a família foi apontada pela grande maioria dos jovens (80%), entre vinte e uma instituições listadas, como aquela em que mais confiam; em segundo lugar, ficou a escola. Em 2003, retomando os temas dessa pesquisa, o estudo *Perfil da Juventude Brasileira* reafirmou que a família e os professores continuavam sendo as “instâncias sociais” nas quais os jovens depositavam maior confiança. Ainda outras pesquisas realizadas no Brasil e no exterior vêm confirmar esses dados.

⁶ Este programa se estrutura a partir de duas linhas de ação. “A primeira envolve atividades que visam apoiar os(as) estudantes beneficiários(as) do programa, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto material, objetivando ainda sua entrada na pós-graduação. A segunda volta-se para o desenvolvimento de sua identidade racial, a partir de debates, no interior da universidade, acerca da questão racial na sociedade brasileira e do envolvimento dos(as) alunos(as) em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Foi fundado na UFMG por iniciativa de um grupo de professores da universidade e não se trata de um programa institucional” (SILVA, 2008, p. 9-10).

REFERÊNCIAS:

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Programa UFGInclui**. Resolução CONSUNI nº 29/2008.

FREUD, S.. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

HOLANDA, M. A. P. G. **Trajetória de vida de jovens negras da UNB no contexto das ações afirmativas**. 2008. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

INSTITUTO CIDADANIA. **Juventude: Cultura e Cidadania**. Acessado em 10 setembro de 2000. Disponível em <http://www.fpa.org.br/>.

INSTITUTO CIDADANIA. **Perfil da Juventude Brasileira**. Acessado em 15 agosto de 2005. Disponível em <http://www.fpa.org.br/>.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, nov. 2002.

PENHA-LOPES, V. Universitários Cotistas de alunos a bacharéis. *In*: ZONINSEIN, J.; FERES JUNIOR, J. (orgs.). **Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

PINTO, J. M. de R.. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação e Sociedade**. 2004, vol.25, n.88, p.727-756.

SILVA, S. A. **Processos identitários em contextos de ações afirmativas**. 2008. 159f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.